

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: PARA ALÉM DO CUIDAR E EDUCAR

Marileide Moutinho Pamponet Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
leidemp@hotmail.com

Flávia de Oliveira dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
flaviaflavia2010-@hotmail.com

Adenilson Souza Cunha Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
adenilson.cunha@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como finalidade descrever a experiência do estágio supervisionado em Populações diferenciadas e Gestão em Educação do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Que fora realizado em uma Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, que tem por finalidade ofertar de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social. Estando situada no município de Itapetinga-BA. Após do período de observação na Unidade, onde se conheceu toda rotina dos acolhidos, foi elaborado e desenvolvido o projeto de intervenção compreendido em oficinas, projetos de saúde e higiene pessoal e ambiental. Além disso, constituíram importantes subsídios para o enriquecimento acadêmico adquirido ao longo da nossa formação. Assim como todo estudo realizado sobre a Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, os resultados obtidos se deram a partir da vivência e conclusão de que o sistema de garantia de direitos e rede socioassistencial de atendimento precisa ser uma ação contínua de forma a realizar e cumprir os pressupostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando que não se precisa de mais direitos, o que precisa é a sua efetivação.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Cuidar. Educar.

Introdução

Este artigo faz parte de um relato de experiência referente às atividades realizadas no Estágio Supervisionado na disciplina de Populações diferenciadas e Gestão, realizada em uma Unidade de Acolhimento Institucional, situada no município de Itapetinga-BA. Os períodos de inserção na instituição compreenderam uma carga horária de 30 horas, sendo trabalhadas 15 horas em observação e 15 horas de intervenção.

Serão descritas a seguir, as informações acerca do diagnóstico social da Unidade, do histórico institucional, a origem da instituição, nomenclatura, sua importância, organização hierárquica de funcionamento, perfil do usuário, Política Setorial de atendimento ao público e atuação do profissional, além do projeto de intervenção e sua avaliação, considerações sobre o estágio e sua importância para o processo de formação do Pedagogo.

O Serviço de Acolhimento a Criança e Adolescente integra o serviço de alta complexidade está enquadrado no serviço único de Assistência Social – SUAS em suas normas operacional e básica, devendo ainda, pautar nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no Plano Nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da Criança e do adolescente, na convivência familiar e comunitária da Política Nacional de Assistência Social, e no Projeto de Diretrizes das nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças e adolescentes.

Desta forma, o acolhimento institucional junto à rede representa um fortalecimento familiar e comunitário promovendo cuidados específicos e fortalecimento de vínculos familiares, onde serão desenvolvidas medidas para a (RE) socialização da criança e do adolescente na família e sociedade, ação que possibilita a vivência do cotidiano institucional, por um período de aproximadamente dois anos. Em casos extremos nos quais os vínculos são completamente rompidos os acolhidos passam a fazer parte do cadastro Nacional de adoção.

Conforme o exposto no Projeto Político Pedagógico da Unidade de Acolhimento, esta começou a funcionar em 30 de Setembro de 2015. A unidade é mantida pelas esferas Municipal, Estadual e Federal. Objetiva proporcionar às crianças e adolescentes atendimento às suas necessidades básicas, alimentação, saúde e lazer.

A Unidade atende a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em regime de moradia, encaminhados pelo Juizado da Infância e da juventude do município que trabalha em consonância

com o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS e Conselho Tutelar. E conta com profissionais da área de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Serviços Gerais e Saúde.

Deste modo, o que motivou os pesquisadores foi a necessidade de conhecer o trabalho pedagógico dentro da Instituição, assim como a gestão desta, verificando as dificuldades e necessidades individuais e coletivas de cada acolhido e da instituição em geral. As principais fontes utilizadas no presente relatório se deram a partir das observações devidamente anotadas, e desenvolvimento de atividades dentro da instituição.

CREAS vs Unidade de Acolhimento

De acordo a definição salientada na Lei nº 12.435/2011, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, constitui numa unidade pública estatal de alcance municipal ou regional, referência para a oferta de serviço social especializados e continuados as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que exigem intervenções especializadas no campo do SUAS.

Seu funcionamento compreende uma série de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos de acordo aos serviços ofertados, entrevistas de acolhida e avaliação inicial, atendimento psicossocial (individual, familiar e em grupo); construção do Plano de Atendimento, orientação jurídico-social, elaboração de relatórios técnicos sobre o acompanhamento realizado, reuniões para estudos de casos, reuniões de equipe, ações de mobilização e enfrentamento, organização de registros de informação e acompanhamento dos atendimentos encaminhados, processos de avaliação das ações alcançadas no serviço, visitas domiciliares e acompanhamento especializado: articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, com os órgãos de defesa de direitos e as políticas públicas.

Educador/ Orientador Social no CREAS

➤ **Perfil conforme as orientações Técnicas:**

- Escolaridade mínima de nível médio completo;
- Conhecimento básico sobre a legislação referente à política de Assistência Social, de direitos socioassistenciais e direitos de segmentos específicos;
- Conhecimento da realidade social do território e da rede de articulação do CREAS;

Habilidade para se comunicar com as famílias e os indivíduos; Conhecimento e experiência no trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco.

➤ **Principais Atribuições**

- Recepção e oferta de informações às famílias do CREAS;
- Realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território;
- Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados;
- Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

Educador Social no CREAS Itapetinga- BA

A complexidade e a grandeza dos problemas sociais permitem o cruzamento de saberes múltiplos enriquecendo a ação desenvolvida no serviço. Assim, equipes multidisciplinares no caso do CREAS podem contar com o trabalho do educador social, como mais um técnico da educação social.

Segundo Costa (1999):

sem presença educativa, o jovem não se sente compreendido e aceito, e, se isto não ocorre, ele se torna incapaz de compreender e aceitar a si mesmo, inviabilizando qualquer tentativa de levá-lo a aceitar e compreender as demais pessoas (COSTA, 1999, p. 15).

São pelas ações do educador social que a intervenção socioeducativa se efetiva em qualquer âmbito, possibilitando construir laços com os usuários dos serviços.

Além das atribuições designadas ao educador social conforme as orientações técnicas, no CREAS de Itapetinga-BA o educador social desempenha outras funções no âmbito educacional, tais como:

Desenvolver atividades socioeducativas e de socialização utilizando de diferentes metodologias visando à garantia de direitos e a reconstrução da autoestima e autonomia, planejar oficinas e desenvolver atividades individuais e em grupos, orientar na execução das atividades em grupo e fazer o acompanhamento dos usuários na escola, atentando-se sempre a frequência, comportamento e aprendizagem da criança.

O trabalho em grupo é realizado juntamente com o psicólogo, e exige planejamento singularizado, respeitando a realidade e a história de cada sujeito, os aspectos conflituosos e suas subjetividades, proporcionando um espaço de socialização e construção de experiências, oportunizando a ressignificação da violação sofrida.

O papel do Educador Social busca meios para facilitar a descoberta de novos caminhos para mudar a realidade dos usuários, oferecendo a devida atenção para a especificidade de cada um em detrimento a melhora da qualidade de vida dos sujeitos e suas famílias que estejam em vulnerabilidade, sempre lutando pela justiça social.

Lembrando que, os profissionais que atuam no CREAS não devem trabalhar de maneira isolada, sendo o principal foco, o trabalho interdisciplinar adotando estratégias que permitam a participação de toda a equipe de forma a responder as demandas mais complexas da unidade, conforme o sigilo e ética de cada profissão.

Unidade de Acolhimento

O serviço de proteção de média complexidade desenvolve o trabalho multiprofissional fortalecendo os vínculos familiares parcialmente rompidos e totalmente rompidos. No caso de vínculos totalmente rompidos, que ocorrem quando os genitores de crianças e adolescente têm destituído ou suspenso o poder familiar, sendo encaminhados para a Unidade de Acolhimento.

Ainda que sejam encaminhados para a Unidade de acolhimento que é um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, estes não poderão ser desligados do serviço de média complexidade, pois se faz necessário o acompanhamento socioassistencial da rede, tanto assistência social, saúde, educação, dentre outros.

Durante esse processo, permanecem os atendimentos psicossociais individualizados e em grupo no CREAS. No que diz respeito ao trabalho com as famílias dos mesmos, tem o objetivo de fortalecer os vínculos, bem como mediar os conflitos para reinserção e reconstrução dos relacionamentos familiares.

Para que haja um diálogo entre os dois serviços, são realizados estudos de caso e audiências concentradas com Ministério Público e juiz da Vara da Infância para melhor resolutividade e intervenção dos casos.

Para a articulação de diferentes políticas o gestor da Assistência Social:

tem papel preponderante na interlocução com outras políticas e órgãos de defesa de direitos e na institucionalização da articulação do CREAS com a rede, inclusive, por meio da construção e pactuação de fluxos de articulação e protocolos intersetoriais de atendimento. (BRASIL, 2011b).

O papel do educador social na unidade de acolhimento em Itapetinga-BA

A Unidade de Acolhimento Institucional pesquisada, assim como tantas outras no Brasil, passa por várias dificuldades que são enfrentadas como um todo e uma delas é a falta do quadro de profissionais necessários ao atendimento ao quantitativo de crianças, fazendo com que o atendimento não possua uma qualidade total esperada.

Existe na Unidade de acolhimento, uma carência no quadro de educador/cuidador capacitados e qualificados, para os serviços de cuidados básicos e acompanhamento pedagógico para com os acolhidos, existindo assim um déficit no desenvolvimento de atividades pedagógicas e de lazer. Porém, de acordo com a tipificação do serviço, a unidade encontra-se devidamente dentro da Lei em relação ao quantitativo do quadro de funcionários.

No Período da intervenção, a instituição contava com 11 crianças acolhidas, sendo: duas na faixa etária de 0 a 2 anos; seis entre 04 e 09 anos e três entre 11 e 14 anos. A divisão por Sexo se dá por: 07 meninas e 04 meninos.

Nesse contexto a partir da evidência de que se tratando de seres em constituição, crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento físico e psíquico, precisamos levar em conta a

necessidade de autonomia, de prepará-los para o mundo externo e para a saída, mas ao mesmo tempo é preciso que essa relação se estabeleça e se constitua a partir vínculos significativos.

É preciso atenção e cuidado, pois cada pessoa é singular em sua existência. Isso se faz necessário certo jogo de cintura. E daí surge um questionamento: como trabalhar com aquela criança ou adolescente especificamente levando em conta suas necessidades, autonomia, mas também dentro de princípios e regras universais quando o quadro de funcionário mesmo dentro da Lei se mostra ineficiente?

Durante o período de acolhimento é necessário que se favoreça a construção dos vínculos de afeto e confiança do acolhido para o educador/cuidador e vice versa. É importante, ainda, que ao longo do acolhimento a criança e o adolescente tenham a possibilidade de dialogar com a equipe técnica e com educador/cuidador sobre suas impressões e sentimentos relacionados ao fato de estar afastado do convívio com a família.

Nessas conversas é importante que nunca se deve perguntar nem RE vitimar o acolhido seja qual for o assunto, interlocutor deve possibilitar uma expressão livre da criança ou do adolescente, oportunizando-lhes espaço no qual possam falar sobre sua história de vida, sentimentos, desejos, angústias e dúvidas quanto às vivências pregressas, ao afastamento da família de origem e sua situação familiar.

O desenvolvimento das atividades realizadas na Unidade de Acolhimento se deu como uma opção de entretenimento pedagógico-educativo, que oportunizou o acolhido, um intercâmbio significativo e consistente das ideias e posicionamentos mediados pela educadora social. Além das atividades dentro da unidade, o Educador/cuidador era responsável pela matrícula, pelo acompanhamento pedagógico nas escolas, e APAE, função essa de acordo com a tipificação de competência do Pedagogo, porém o contrato desse profissional é facultativo a essa mesma tipificação.

A inserção ou reinserção escolar dada ao acolhido no momento de sua ida para a unidade faz cumprir o que diz o Artigo 53 da Lei nº 8.069:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o

acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (ECA, 1990, p. 19).

Binômio cuidar-educar: Uma ação indissociável

Segundo Azevedo (2013), às décadas 80 e 90, foi um marco para o atendimento educacional infantil no Brasil. Visto que esse período da história do nosso país, o atendimento a crianças de 0 a 3 anos começou a ganhar força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a criação Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em 1990 e das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Sobre essas leis Azevedo comenta:

Essas conquistas, em termos legais, inserem a criança de até 6 anos no interior do sistema escolar, na educação básica, garantindo direito da criança à educação e, conseqüentemente, impondo ao estado a obrigatoriedade de oferecer instituições para essa faixa etária. (AZEVEDO, 2013, p. 67).

A Constituição Federal de 1988, ao colocar o assunto da creche no capítulo que trata da educação, ela confirma para sua finalidade educativa, que juntamente a essa se agrega a ações de cuidado. A mesma no inciso IV do artigo 208, afirma: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. O Estado agora deveria criar instituições e capacitar profissionais para o atendimento dessa nova clientela da educação.

Com a criação em 1990, do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) de 1990, através da lei 8.069, no capítulo IV, art. 53, novamente coloca o Estado como principal garantidor dos direitos da criança, como podemos observa no inciso IV do artigo citado acima; “É dever do estado, assegurar à criança e ao adolescente: [...] atendimento em centros de Educação Infantil e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Esse pensamento se amplia com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil.

As diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, em suas orientações traz a necessidade de olhar diferenciado para a ação do educar, agora com a perspectiva do educar cuidando. A criança agora precisa ser vista como um ser histórico e social e que também faz parte de uma

cultura, que está em desenvolvimento e também merece ser vista como um cidadão de direitos. Como salienta as diretrizes curriculares para a Educação Infantil ao afirmar que:

Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças (BRASIL, 2008, p.10).

Nessa perspectiva, educar está vinculado a situações de brincadeira e aprendizagens orientadas. Levando a criança ao desenvolvimento das relações interpessoais, o conhecimento das potencialidades corporais, emocionais, ética e contribuindo assim para a formação integral da criança. Enquanto o cuidar relaciona com o vínculo que é estabelecido entre quem cuida e quem é cuidado. Colocando assim o professor na posição de construtor desse canal de interação, na busca de suprir suas necessidades, levando ao desenvolvimento individual e social de cada criança.

Azevedo (2013, p. 160), assim pontua:

Porque não dá pra dizer apenas que é importante a dimensão do cuidar, que ela é inseparável, indissociável da dimensão do educar, é necessário que as pessoas sintam que o que estão a fazer é inegável, que consigam mostrar resultados do que fazem que consigam dizer: “eu desenvolvi esse projeto com as minhas crianças e as minhas crianças obtiveram esses resultados”.

Conforme observamos na fala do autor, a figura do profissional da educação infantil tem um papel imprescindível para configurar a união do cuidar e educar. Pois reconhecendo na sua prática a união da questão do educar e cuidar, verá que sua ação vai além dos conteúdos, passando para a importância social do educador. Levando-o a se sentir realizado na observação dos resultados obtidos junto às crianças. Refletindo sobre os resultados obtidos pelas mesmas, que lhes serão úteis não somente no agora, mas na idade futura.

O papel do educador social

Compreendendo a importância do cuidar e educar, buscamos na unidade, observar a ação do educador e como ele associa o cuidar com o educar. Para que isso fosse possível, iniciamos as observações no momento em que os acolhidos estavam todas reunidas e nos permitindo verificar o relacionamento entre os profissionais e eles.

As ações pedagógicas apresentadas pela coordenadora e executada pela equipe multidisciplinar buscava a superação da situação que levou a criança ao acolhimento na casa e fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais, Onde através desse entendimento concluímos que era possível realizar atividades que fosse compartilhada por todas as crianças ali.

Embora algumas atividades ali realizadas sejam diferenciadas do ambiente escolar, podemos notar que havia intencionalidade em cada ação realizada pela educadora. Cada atividade era desenvolvida dentro da rotina da instituição, foi possível observar o cuidar-educar a partir dos momentos de limpeza e higiene do ambiente, no asseio com o corpo, na alimentação e organização de pertences pessoais.

Mesmo que a princípio observamos as ações pautadas mais no cuidar que no educar, vimos também que a educadora buscava trabalhar também o aspecto do educar com as crianças. Contudo, mesmo que as atividades pretendiam desenvolver o aprendizado, a forma como era apresentada a atividade para as crianças não valorizava o aspecto lúdico, onde poderia ser mais atrativa e pudesse cativar com mais intensidade a atenção da criança. Visto que cada criança que ali chega traz consigo traumas, que podem desinteressá-la nas atividades apresentadas.

Sendo assim o lúdico pode entrar como uma porta para o mundo do aprendizado significativo, como salienta Dohme, (2003):

As atividades lúdicas podem colocar o aluno em diversas situações, onde ele pesquisa e experimenta, fazendo com ele conheça suas habilidades e limitações, que exercite o diálogo, liderança seja solicitada ao exercício de valores ético e muitos outros desafios que permitirão vivências capazes de construir conhecimentos e atitudes (DOHME, 2003, p. 113).

Nesse sentido, vale ressaltar a importância do Pedagogo em desenvolver atividades e vivências lúdicas, incorporando novas formas de aprendizado e desenvolvimento, pois são através

dessas experiências que se fortalece a relação seja entre professor e aluno ou educador/cuidador e acolhido. Levando o educando a superar os desafios da aprendizagem com mais interesse e prazer.

Quanto à ausência de um olhar mais lúdico e a possibilidade de realização de uma atividade mais elaborada para as crianças na instituição, fica notório na fala da educadora, que a despeito do esforço para unir o binômio educar e cuidar, sobre sai o cuidar, por falta de profissionais em número adequado e capacitados, impossibilita organizar o ambiente para agir na compreensão do cuidar/educar.

Considerações finais

Este artigo soma-se às iniciativas dos pesquisadores ao ter buscado conhecer um pouco do acompanhamento pedagógico e educacional, assim como a gestão e o cuidado institucional a crianças em situação de medida protetiva, situadas no contexto local da cidade de Itapetinga.

As lacunas presentes na literatura sobre as práticas educacionais no ambiente de acolhimento institucional sugerem que são ainda incipientes as atividades propostas das atividades desenvolvidas. Afinal, a figura educacional que muitas vezes de forma simbólica substitui a maternagem na lida diária com o acolhido, e num ambiente coletivo de cuidado, que vira a amiga, confidente, educadora... Mas também muitas vezes vai de boa a má em fração de segundos.

É preciso que os profissionais estejam sempre atentos aos objetivos de trabalho com cada acolhido, trabalhando em rede e também sempre desenvolver uma Gestão Pedagógica democrática e eficiente na instituição.

Referências

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e formação de professores: para além do cuidar educar**. 1. ed.- São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**.v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS. Brasília, 2011(b).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília, DF

_____. Orientações Técnicas: **Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A Presença da Pedagogia: Teoria e prática da ação socioeducativa**. São Paulo: Global, 1999.

DOHME, Vânia. **Atividades Lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

UNIDADE DE ACOLHIMENTO LAR DOS SERAFINS. Projeto Político **Pedagógico – PPP**. 2015.